

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: ANÁLISE DA OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO

Amanda Rodrigues Pego Fernandes¹; Hanna Hellen Rodrigues¹; Jéssica Therezinha Vieira Poli¹; Sátina Priscila Marcondes Pimenta²

¹ Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Multivix de Cariacica - ES.

² Orientadora: Mestre em Administração com ênfase em Gestão de Pessoas e Professora na Faculdade Multivix de Cariacica - ES.

RESUMO

O presente estudo visa compreender se o gênero musical sertanejo universitário fomenta a legitimação e perpetuação da violência simbólica contra a mulher a partir do processo de objetificação do corpo feminino como algo a ser dominado. O trabalho baseia-se em revisão de literatura onde utiliza-se artigos e outras publicações consideradas úteis, compiladas em portais eletrônicos, revistas e outros semelhantes, bem como materiais relacionados ao tema que apresentassem relevância para o estudo, propiciando a análise de tal evento. A relevância do tema é elencada na problemática de que as violências estão presentes na sociedade, principalmente as que não deixam marcas físicas. Assim, infere-se que estas podem ser banalizadas a partir da introjeção na cultura de forma quase imperceptível, e reproduzidas, sendo necessário compreender seus mecanismos e possibilitar intervenções pautadas na cientificidade junto à sociedade. Assim, busca-se fazer essa pesquisa com intuito de pensar a violência sob outra perspectiva propiciando um pensamento crítico reflexivo.

Palavras-Chaves: Violência simbólica, objetificação, mulher, gênero, músicas.

ABSTRACT

The present study aims to understand if the university sertanejo musical genre promotes the legitimation and perpetuation of symbolic violence against women from the process of objectification of the female body as something to be dominated. The work is based on a literature review using articles and other publications considered useful, compiled in electronic portals, magazines and similar ones, as well as materials

related to the topic that were relevant to the study, providing the analysis of such event. The relevance of the theme is listed in the problem that violence is present in society, especially those that do not leave physical marks. Thus, it is inferred that these can be trivialized from the introjection into the culture in an almost imperceptible way, and reproduced, being necessary to understand their mechanisms and enable interventions based on scientificity with society. Thus, we seek to do this research in order to think about violence from another perspective, providing a reflective critical thinking.

Keywords: Symbolic violence, objectification, woman, gender, music.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência é algo presente no cotidiano e silenciado no percurso da história, notando-se maneiras diferenciadas para sua manifestação como em forma de opressão, crueldade e dominação. Seu resultado provoca danos físicos, sexuais, patrimoniais, morais e psicológicos vistos na sociedade e estampado nas páginas dos jornais todos os dias.

Desta maneira, com base no entendimento de que a violência está presente na sociedade e da possibilidade de algumas modalidades dessas agressividades, principalmente as que não deixam marcas físicas, serem banalizadas por terem sido introjetadas e reproduzidas na cultura em várias camadas da sociedade, de forma quase imperceptível, o atual projeto pretende articular sobre a problemática da possível naturalização da violência simbólica contra mulher, bem como a objetificação do corpo feminino como algo a ser possuído através das músicas sertanejas universitárias.

Assim, este artigo tem por objetivo geral analisar, se as músicas sertanejas reforçam a violência simbólica através do discurso de objetificação da mulher, para a partir de uma possível consciência dessa situação, possibilitar maneiras de agir contra este tipo de violência e outros, as quais possam ser cometidas contra a mulher.

Para isso, faz-se necessário compreender as forças que agem sobre a violência simbólica e os impactos da naturalização dessa violência contra a mulher, buscando articular com as ideias de dominação masculina sobre os corpos femininos através do

sentimento de posse. Posteriormente, é importante descrever a importância do gênero sertanejo universitário para a cultura brasileira e conseqüentemente sua relação com a objetificação da mulher.

O trabalho justifica-se no sentido de inferir a falta de entendimento das pessoas em geral de que através de um estilo musical a violência pode ser disseminada sutilmente e introjetada no cotidiano como algo natural. Com isso, busca-se fazer essa pesquisa exploratória como um possível meio de levantar essa questão sem deixá-la somente no meio acadêmico, mas ser uma via para articulação de estratégias, a fim de levar a população e propiciar um pensamento crítico reflexivo.

Buscando cumprir as metas propostas e alcançar o objetivo geral da pesquisa, propõe-se utilizar metodologias específicas. Enquanto sua natureza, será básica a partir da intenção de gerar e ampliar conhecimento a respeito do tema. Quanto à classificação, sobre a natureza, a metodologia escolhida é de classificação exploratória, tratando-se de uma revisão integrativa de bibliografias. Para o levantamento de informações no modo bibliográfico, optou-se por fontes primárias como: livro e artigos científicos buscados em plataformas como google acadêmico, matérias online e outros do mesmo segmento. Além de fonte secundária que forneçam dados complementares.

Sendo assim, o presente artigo não pretende fazer juízo de valor a respeito das músicas trazidas ao contexto, todavia trazer possíveis reflexões de como a violência simbólica está arraigada na cultura brasileira e conseqüentemente no cotidiano, além de como esta é naturalizada e banalizada. Ademais, permitiu verificar a presença da reprodução desta, principalmente através de um gênero musical amplamente aderido ao público como o sertanejo universitário.

2. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Possivelmente há muitas interpretações sobre as quais o fenômeno da violência pode ser observado. Entende-se que se trata de algo multidimensional presente na nossa sociedade, pode ser usado como instrumento de dominação estruturando-se de várias formas em todas as camadas sociais, e foge de qualquer conceito dito como único e universal (MINAYO, 2007).

Nessa perspectiva, entendendo não haver uma verdade única sobre o que é a violência e inferindo a possibilidade desta ser estruturada de várias formas, apresenta-se uma das modalidades, a violência simbólica. Contudo, se faz necessário compreender quais são os meios que fomentam esse tipo de violência ocorrido no campo simbólico e como isso se configura. Assim, para elucidar acerca desse tema, utiliza-se como chave os conceitos trazidos por Pierre Bourdieu em seus escritos.

Primeiramente é relevante compreender que Bourdieu (1989) descreve que as relações são demarcadas no campo de sistemas simbólicos permeados pelo poder simbólico, podendo ser entendido como base para a construção da realidade assim como instrumento de dominação. Dessa maneira, existem sistemas simbólicos que agem como estruturas estruturantes permeadas pelo dinamismo e hierarquia, ou seja, são estruturas sociais constituídas a partir do conjunto dos encadeamentos históricos. Pensa-se aqui a arte, a religião e a própria língua, permeadas pelo simbolismo, bem como os processos individuais dos sujeitos e os processos relacionados ao meio, constituídos pelos próprios sujeitos.

Logo, entende-se que os indivíduos são produtos da classificação hierárquica dos grupos, sucedida a partir da divisão social como classe, gêneros, capital, entre outras divisões, a saber. Mediante a isso, os indivíduos envolvidos interiorizam essas estruturas sem trazê-las para o campo do debate, sem muitos questionamentos pois são admitidas por quem domina devido serem entendidas como corretas, passando a ser aceita pelo indivíduo dominado como algo legitimado (THIRY-CHERQUES, 2006).

De acordo com Santana (2012), analisando a obra de Bourdieu (2005), a violência simbólica está embutida no cotidiano, fazendo com que a submissão aconteça de forma natural mesmo sem o indivíduo concordar. Pois esse, mesmo sendo contrariado, consente a essa dominação, resultado da violência simbólica. Assim, essa dominação normalizada é chamada por Bourdieu de habitus.

Conforme Bourdieu (1996), o conceito de habitus, se dá através da incorporação de estruturas da sociedade, seja de forma individual ou em grupo e que permitem ao indivíduo elaborar pensamentos sobre os diversos aspectos do coletivo. Isto é, através da racionalização das regras e comportamentos, constrói-se em cada sujeito uma posição orientadora da realidade.

Assim sendo, o habitus é assimilado desde o princípio, construído na infância, se reproduz primeiramente no ambiente familiar e perpassa pelas demais estruturas, estabelecendo noções norteadoras e dinâmicas mediante a relação de sujeito e sociedade, além de sofrer modificações de acordo com as experimentações vivenciadas pelo indivíduo (SOUZA, 2014).

Sob a mesma perspectiva, ressalta-se o campo onde essas interações ocorrem, pois, o social é constituído por espaços de relações que possuem lógica própria. Nesse sentido, cada campo cria seu próprio sistema de objetos, seja educacional, artístico, político e fomenta seu princípio de compreensão. Logo, habitus é a absorção da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização, um espaço próprio onde se determina o grau de interação social, mediação de forças desses hábitos (THIRYCHERQUES, 2006).

A violência que ocorre no campo simbólico pode ser destrutiva. Verifica-se a concordância do dominado em relação à dominação, pois, aqueles que sofrem esse tipo de dominação, são os mesmos a corroborar com sua existência e manutenção. Bourdieu (2012) em sua obra “A dominação Masculina” denomina essa aceitação da dominação como paradoxo da doxa, pois o dominado releva essa situação, na qual ocorre a submissão paradoxal como resultado dessa violência simbólica (SANTANA, 2005).

Percebe-se a existência de movimentos que preparam espaços para a transcrição da violência simbólica, contudo, há uma concepção que fundamenta essa passividade mediante a dominação: o poder. Segundo Perissinotto (2007), infere-se a presença de uma relação de poder dentro da violência que é simbólica. Uma relação marcada pela dominação, onde se estabelecem papéis ilustrativos dentro de estruturas hierarquizadas moldadas ao longo da história.

Do mesmo modo, esse poder surge de fontes variáveis, podendo vir do acúmulo de capital econômico, social, cultural e simbólico. Em suma, capital para este estudo é entendido como o acúmulo de algo responsável por colocar o detentor do capital em posição de destaque, podendo-se acumular conhecimentos, valores, riquezas, fama, dentre outros. Nesse sentido, o capital econômico é vinculado à distinção dos sujeitos economicamente e pode ser verificado através dos bens de seu detentor, como terras,

bens materiais, dinheiro e patrimônios. Já o capital cultural, é ligado à educação, diplomas, podendo ser contemplado em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. O incorporado é fomentado pelo próprio indivíduo por se tratar de um investimento de longa duração em si, ou seja, torna-se parte integrante da pessoa. Enquanto o objetivado está ligado a aquisição de conteúdos culturais, como bens culturais, livros, obras primas. O institucionalizado, por sua vez, é voltado para os títulos possuídos pelo sujeito, isto é, ter um curso superior o distingue dos demais que não possuem, tornando-se institucionalizado via certificação (BONAMINO et al., 2010).

Ainda sob o enfoque de Bonamino et al. (2010), há outro tipo de capital: o social. Esta forma de capital tem como base o conjunto de recursos potenciais detidos pelo sujeito, referindo-se à quantidade e à qualidade de recursos do grupo, e em síntese ele se dá pela rede de convívio. O ponto chave desse conceito é sobre a extensão das relações que o indivíduo ou grupo pode alcançar, bem como o volume da soma das formas de capital, além dos grupos em que são inseridos e a maneira como se reproduz esse tipo de capital, podendo até ter fonte no capital econômico.

No que tange o capital simbólico, é frequentemente conhecido como prestígio, fama, reputação, é a personificação percebida e reconhecida como legítima por diversas formas de capital, levando o indivíduo a uma situação de poder. Através desse capital aqueles que o detém podem manejar os demais com suas crenças (BOURDIEU, 1989).

Em outras palavras, a soma e interiorização dessas formas de capital, propiciam o detentor desses meios de capital, a legitimação por suas posses e influência social, levando esse sujeito a uma situação de “superioridade” sobre aqueles que não detém desses privilégios. Compreende-se este público como os dominadores validados socialmente, pois, são dotados de um poder que não é necessariamente físico, mas, se conceituam no campo simbólico, podendo ser transformado em ferramenta de violência devido à falta de equivalência de capital entre os sujeitos.

A violência simbólica se difere das outras formas de violência devido ao fato de ser fundamentada na existência de uma cultura dominante, legitimada por todos e assumida como superior, pois é introjetada e entendida como digna de ser seguida.

Portanto, esse sujeito ou grupo no papel de dominador detém das formas de capital, logo, compreende-se que ele está sobre todos aqueles indivíduos tidos como vulneráveis por não ter o poder. Com isso, os dominados não têm voz perante a sociedade e isso é paradoxal, pois o poder e a efetividade dado a classe dominante é de fato legítimo, por ser aceito em razão da introjeção desses conceitos, pelo próprio indivíduo mesmo que não tenha consciência disso, vítima da violência. Então, o conceito de violência simbólica está associado a essa interiorização e aceitação ao longo de sua existência (ROSA; BRITO, 2009).

De acordo com Nader & Caminoti (2014) sob a perspectiva de gênero, existe um encadeamento de poder do masculino sobre o feminino, onde, de forma não consciente se estabelecerão papéis sociais hierárquicos, havendo um dominador e outro submisso a essa dominação. Por consequência, essa capacidade de reproduzir o discurso dominante e torná-lo aceitável perante a sociedade faz a violência simbólica se tornar presente. Ao associar a questão de gênero, pode ser entendida como falta de equivalência pelo acúmulo de capital refletida nos sexos, pois é esperado o homem ter acúmulo de capital maior ao da mulher, visto que, foi naturalizado através do discurso dominante a incapacidade da mulher em ocupar certos cargos e merecer salários mais baixos porque engravidam, a saber.

Desse modo, há uma introjeção dos papéis antes mesmo do sujeito nascer, visto que a sociedade já é estruturada em um modelo patriarcal favorecedor daqueles que se encaixam em seus requisitos. Quando ocorre a distribuição desses papéis, cria-se um contraste na construção social do significado de ser feminino e do significado de ser masculino, pois ao primeiro é ensinado que seja passivo, condescendente, enquanto o segundo gênero é entendido como provedor, figura ativa que se impõe perante ao feminino. Isto viabiliza esse entendimento de superioridade e até a posse sobre o feminino, acabando por ser corroborado socialmente. Com isso, essa ideia de dominação masculina sobre o corpo da mulher é identificada nos casos de feminicídio, em razão de ser mulher, pelo ódio dominador sobre os corpos femininos (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020).

2.1. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER

Inicialmente, se faz necessário considerar o que se entende por ser mulher. Simone de Beauvoir (1967) corrobora na perspectiva da construção social da mulher, abordando o que muitos teóricos da psicologia também estudam: a influência do ambiente no desenvolvimento humano e suas consequências ao decorrer da vida, uma vez que, segundo a autora, não existe o nascer mulher, e sim o tornar-se. Deste modo, os adultos possuem o poder de conferir o ser de uma criança, ou seja, são eles os responsáveis por lhes atribuir significado, importância e relevância. Sendo estes, aspectos imprescindíveis na definição do que futuramente irá se tornar o papel de homem e mulher.

Aos meninos é ensinado a dominação e o poder sobre as mulheres desde a infância, ao justificar a separação do sexo oposto devido à sua suposta superioridade inata, incentivada socialmente. Das meninas, por sua vez, é exigido cada vez mais, em busca de encorajá-las a dura jornada que as espera, sendo a mulher rodeada de tabus desde seus órgãos sexuais até a sua conduta (BEAUVOIR, 1967). Com isso, conclui-se que a construção dos gêneros é incorporada mediante a aprendizagem, dividindo-os, em busca de suprir as expectativas criadas pela sociedade.

No entanto, isto não é algo novo da contemporaneidade. Ao contrário, o papel da mulher foi construído socialmente através da história. Logo, em um cenário não muito distante, depara-se com a mulher sendo vista como propriedade do homem. Este, então seu marido, entendia possuir o direito de controlá-la, impactando grandemente na forma como essa se percebia e se percebe até hoje (SANTOS et al., 2020).

Nota-se que uma das formas para compreender as mudanças ocorridas culturalmente na sociedade, retoma-se ao período colonial, onde o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, impondo padrões e papéis a serem desempenhados por ela com extremas diferenças em relação ao gênero masculino (DE SOUSA SILVA, et al., 2018).

Em consequência, a mulher na sociedade, desde os primórdios, é entendida como um sujeito a ser dominado pelo outro. De acordo com Lourenço et al. (2014) as mulheres costumavam ser educadas para ficar em casa, enquanto seus maridos trabalhavam

fora. No entanto, pode-se perceber que ainda em algumas famílias as mulheres são proibidas de trabalhar, sendo tratadas como inferiores e incapazes.

Constata-se que o lugar da mulher nunca foi ao lado de um homem, e seus direitos políticos, sociais e econômicos sempre foram questionados quanto à legitimidade e por vezes submergidos, de tal modo que até o presente momento existe uma luta para que a mulher seja realmente respeitada e tratada de forma isonômica (DELLAZZANA, 2018).

Sendo assim, o senso comum incorpora a dominação do homem sobre a mulher a partir de uma naturalização deste poder, encontrando na sociedade perfeitas condições para sua reprodução. E a mulher, introduz isto como algo irreversível, por estar naturalizado na sociedade. Muitas ainda se comportando como submissas e dependentes nos planos econômicos, culturais e sociais, considerando o homem como o chefe da casa, incontestável e dono das decisões, sem perceber sua condição de dominada e reproduzindo essa forma de violência (RODRIGUES; NASCIMENTO; NONATO, 2015).

Percebe-se, apesar do movimento feminista que aconteceu em meados de 1960, de fato foi somente na contemporaneidade que as mulheres começaram a ter sua voz parcialmente ouvida e ganhar forças para lutar pela desigualdade (DELLAZZANA, 2018). Conforme Lourenço et al. (2014) a mulher tem um longo caminho a percorrer na luta por emancipação e independência, em razão de ainda ser possível observar a mulher sendo retratada em propagandas e imagens como alguém ambicioso por consumir, ou como a dona de casa, cuidadora de seu marido e filhos, a qual não deseja sua independência.

De acordo com Bourdieu (2012), a sociedade constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Toda essa percepção social introjetada se aplica a maioria das coisas do mundo, mas antes de qualquer coisa, ao próprio corpo, em sua realidade biológica, construindo a dessemelhança entre os sexos biológicos, alinhado aos princípios de uma visão imaginária do mundo, arraigada na relação injusta de dominação dos homens sobre as mulheres. Com isso, a diferença biológica entre um homem e uma mulher, mais especificamente dos órgãos sexuais, pode ser considerada por muitos, como uma

justificativa para tal diferença que é constituída socialmente, e especialmente nas relações sociais e de trabalho.

Conforme Reed (2008) afirma sobre o mito da pretendida superioridade social do sexo masculino, esse poder masculino não é um fenômeno social específico de um momento determinado da história, mas sim uma lei natural. Destaca-se que os homens, foram dotados pela natureza de atributos físicos e mentais superiores, daí essa diferença de classe. Entretanto, a supremacia masculina, decorrente da desigualdade biológica, não passa de uma hipocrisia na história. Não se deve considerar que essas condições físicas e mentais do homem o colocaram nessa condição de superioridade com relação à mulher, mas sim a sociedade de classe.

Em consonância com Nader & Caminoti (2014) existe um encadeamento de poder do masculino sobre o feminino, pois nessa lógica existe alguém que dominará e o outro será dominado de forma não consciente, assim, pode-se supor estar incluso nessa relação de dominação ameaças e intimidações por parte do dominante, que dentro da lógica da violência acaba impondo suas necessidades acima do outro, enxergando esse outro como um objeto a ser possuído.

Bourdieu (2012), fala ainda sobre a dominação masculina e da existência de uma imposição e vivência dessa submissão. Essa violência simbólica é entendida pelo autor como uma “violência suave”, pelo fato de não ser tão perceptível as vítimas. Esse é um sistema extremamente simbólico pela via das relações dos indivíduos. Sendo assim, por compreender ser algo suave, pode-se pensar sob o ponto de vista que, por não deixar marcas visíveis, ela possa ser banalizada e provavelmente nem ser pensada como algo grave devido à sua natureza. A problemática dessa visão é que isso gera impactos, pois ao conceber uma violência como algo natural, acaba-se por inseri-la na cultura, nas interações sociais, nos ensinamentos populares e assim por diante, sem questioná-la.

Nesse caso, ainda seguindo a linha de pensamento sobre a “violência suave” de Bourdieu (2012), remete-se o uso de termos como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Este é um termo utilizado para fazer com que os observantes da situação não façam intervenção alguma frente ao ato violento. Porém, ao se fazer consciente dessa fala, é possível compreender ser essa uma expressão inadequada

e totalmente passiva, além de manter a constância da violência associada à questão de gênero e do âmbito privado, ao contrário da questão de âmbito público a qual faz parte.

3. OBJETIFICAÇÃO DA MULHER

Para começar a articular sobre a objetificação da mulher, se faz necessário verificar o que se entende com a palavra “objetificação”. De acordo com o Dicionário online de Português (2021), define-se como “processo que atribui ao ser humano a natureza de um objeto material, tratando-o como um objeto ou coisa”.

Ao analisar o sentido da palavra objetificação, percebe-se que o ser humano é tratado como uma coisa a ser possuída. Compreende-se então, a existência de um sistema de “representações-dominação” responsável por reduzir as relações de homens e mulheres em uma lógica hierárquica simbólica, colocando-os em lados opostos, onde um será o dominador e conseqüentemente o outro será dominado, objetificando-os. Esses papéis se configuram através de um fenômeno que é o machismo, um sistema articulador de relações reais e imaginárias da dominação do homem sobre a mulher (DRUMONT, 1980).

Para Oliveira (2018), citando Heldman (2012), o conceito de objetificação sexual surgiu em meados de 1970 e consiste em um processo no qual uma pessoa é tratada como objeto sexual. Sendo assim, as meninas aprendem desde cedo a cobrirem seus corpos, fugirem dos olhares e locais onde se encontram muitos homens, além de falar e se portar adequadamente. Em outras palavras, aprendem as diversas regras para se preservar inocentes.

Verifica-se ainda que essas mesmas meninas ensinadas desde cedo a se cobrir, estão perante uma cultura impositiva de um padrão perfeito como ter um corpo magro, curvilíneo, seios e bumbum definidos e barriga negativa. E esses padrões são diariamente mostrados pela mídia e redes sociais, através de novelas, filmes, propagandas, onde se cultua o corpo perfeito (OLIVEIRA, 2018).

É importante dizer que o público feminino ao ser objetificado, torna-se mais suscetível ao desrespeito por terceiros, que de forma não consciente reproduzem essa prática, revelando a introdução desse padrão estabelecido pelo senso comum. O corpo

feminino é visto como algo a ser tocado, erotizado, violentado, é posto como coisa a ser consumida (LOURENÇO; ARTEMENKO; BRAGAGLIA, 2014).

4. A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA SERTANEJA PARA A CULTURA BRASILEIRA

É importante compreender a música como uma manifestação cultural que expressa o contexto histórico vivenciado pela sociedade, além de ser uma forma de entretenimento. Da mesma maneira, pode-se afirmar que a música teve bastante influência em momentos históricos, como a ditadura no Brasil, auxiliando na constituição de bens simbólicos no país (ZAN, 2001).

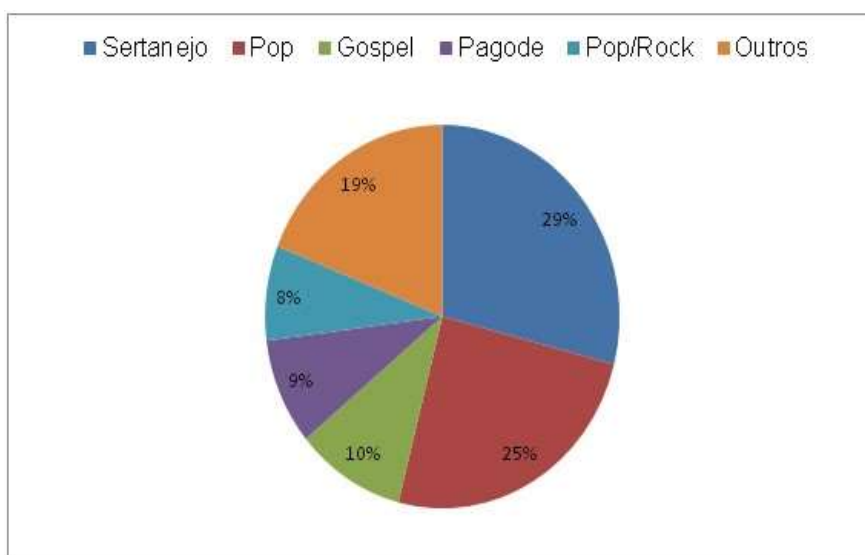
Atualmente com a globalização, a música se mantém cada vez mais presente no cotidiano. De acordo com a reportagem de Renata D'Elia (2020) para o Tabuol, no Brasil, um dos gêneros mais escutados no ano de 2020 foi o sertanejo, liderando o número de execuções nas rádios e chegando a alcançar 48 colocações entre 100 das músicas mais tocadas em um aplicativo reprodutor de música.

O sertanejo universitário, por sua vez, é um gênero musical advindo da música sertaneja de estilo caipira e se configurava em formação de duplas que utilizavam voz e violão como instrumentos. Esse estilo era marcado por canções permeadas pela simplicidade e sentimentalismo. Contudo, houve transformação na estrutura desse gênero devido a ampliação dos meios de comunicação e da indústria de cultura no Brasil. Foi aproximadamente no ano de 2000 em Goiás que houve a modificação do estilo de sertanejo raiz, por não ter mais a essência totalmente voltada para questões da vida no interior (RODRIGUES; LAIGNIER; BARBOSA, 2012).

Nessa perspectiva, a composição do sertanejo torna-se mais elaborada, fomentando o surgimento do sertanejo universitário. Este utiliza demasiados arranjos sonoros e passa-se então a falar sobre outros assuntos que não remetem exclusivamente ao sentimentalismo raiz, no qual foi aderido pelo público de forma acalorada. Os temas que mais aparecem nos sertanejos universitários são, situações relacionados ao alto consumo de bebidas alcoólicas, términos de relacionamentos, traições e suas revides, bem como a dominação do outro. Isto posto, verifica-se que esse estilo musical acaba por ser difundido pela população e reproduzido por esta (RODRIGUES et al., 2012).

A Kantar IBOPE Media (2020) fez a divulgação de um estudo realizado no ano de 2019 em parceria com a CROWLEY, empresa especializada em monitoramento eletrônico de broadcast de áudio, onde identificaram que 83% da população passa em média 4 horas ouvindo rádio. Relativo ao sertanejo universitário, nota-se grande influência e destaque entre os gêneros musicais listados no estudo, pois em uma classificação contendo dez posições dos artistas mais ouvidos nas paradas de sucesso estão: Marília Mendonça, Zé Neto & Cristiano, Gustavo Lima, Luan Santana, Henrique & Juliano, Wesley Safadão, Matheus & Kauan, Jorge & Matheus, Felipe Araujo e Bruno&Marrone.

Gráfico 1. Participação por gênero musical mais ouvidos de acordo com a pesquisa realizada pela Kantar



IBOPE Media em parceria com CROWLEY.

Mediante ao exposto, é visível quanto o sertanejo raiz pavimentou caminho para o surgimento do sertanejo universitário. No entanto, é importante destacar o fato de não ter sido o único fator determinante desse estilo musical, o qual foi influenciado por outros fatores como contexto social, tecnológico e econômico, além de ter sido aceito rapidamente pelo público por ser um dos gêneros mais escutados, principalmente pelos jovens, onde mais se destaca (SEREN, 2009).

Assim, ao concluir que a música é um recurso importante presente no dia-a-dia e possuidora de um papel fundamental na vida das pessoas, ela possui poder de influenciar, tanto para a conscientização e reflexão a respeito dos momentos

vivenciados pelo ouvinte, como também para a propagação de discursos introjetados na sociedade (CRISPIM; LEÃO, 2015).

5. NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHER NO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO

De acordo com Valladão (2021), a ideia perpassada durante décadas de que a mulher é um ser frágil e necessita de um homem para defendê-la, é muitas vezes encontrada no sertanejo universitário. Esse discurso é disseminado cada vez mais através dessas músicas, por meio de um pensamento naturalizado, retrato do patriarcado refletido em muitos casos nos altos índices de violência contra a mulher. Isto é possível ser visto em diversos meios sociais, em falas e comportamentos misóginos e machistas, além das desigualdades e violências, relacionados à figura feminina.

Através das músicas, por se tratar de um meio de propagação de informações que toma grande proporção de forma rápida em todo o mundo, esse discurso é naturalizado e, na maior parte do tempo, só pode ser notado se for analisado minuciosamente verso por verso da canção (VALLADÃO, 2021). Concluindo assim, percebe-se que apesar dessas músicas possuírem letras que desvalorizam, sexualizam e agridam a mulher, essas, ainda são um meio de obtenção de lucro e sucesso.

A presença da figura feminina dentro do sertanejo, perpassa desde o cantar sobre o amor até o discurso puramente misógino, retratando-a como um ser inferior e subordinado ao homem. Mensagem essa, articulada ao fato do homem ter um estereótipo rude, mal caráter, dominador, e entre outros atributos compreendidos como naturais pela sociedade (GONÇALVES, 2018).

Mediante ao exposto, tendo o contexto de violência simbólica contra mulher e sua objetificação como plano de fundo, ponto deste trabalho, é possível observar as músicas como um meio de disseminar essas ideias. Isso se deve a estarem no cotidiano, sendo comumente cantadas pela maioria das pessoas, das mais diversas faixas-etárias, sintetizando essa relação da mulher com o homem.

Isto posto, ao analisar algumas letras de canções do sertanejo universitário percebe-se questões que remetem a violência e precisam ser avaliadas com cuidado. No

trecho cantado por Marília Mendonça (2017) na canção “Perto de Você”, fala-se “É melhor aguentar seus gritos, do que me afastar e nunca mais voltar”. Com essa parte, reflete-se sobre qual o contexto da necessidade de tolerar gritos e ficar com receio de finalizar essa relação, possivelmente conturbada, partindo do princípio de precisar aguentar esse comportamento para não perder a tal pessoa amada.

Já a música “Vidinha de balada” da dupla Henrique e Juliano (2017) retrata uma imposição de relacionamento que parece tirar a opção de escolha do outro. O trecho referenciado é “Vai namorar comigo sim, vai por mim igual nós dois não tem, se reclamar ‘cê’ vai casar também, com comunhão de bens”. Exemplificando mais uma vez a retirada da liberdade de escolha do outro em manter alguém neste relacionamento que se mostra impositivo.

Outro exemplo a ser citado é a música intitulada “Propaganda” performada pela dupla Jorge e Mateus (2018), na qual contém os seguintes versos:

Ela queima o arroz
 Quebra copo na pia
 Tropeça no sofá, machuca o dedinho
 E a culpa ainda é minha
 Ela ronca demais
 Mancha as minhas camisas
 Dá até medo de olhar
 Quando ela tá naqueles dias
 É isso que eu falo pros outros
 Mas você sabe que o esquema é outro
 Só faço isso pra malandro não querer crescer o olho
 Tá doído que eu vou
 Fazer propaganda de você
 Isso não é medo de te perder, amor
 É pavor, é pavor
 Tá doído que eu vou
 Fazer propaganda de você
 Isso não é medo de te perder, amor
 É pavor
 É minha, cuido mesmo, pronto e acabou [...]

Segundo Blau e Cadoná (2019, p.81) “o fato de o sujeito falar mal da companheira pode ressaltar que é através da violência emocional que o parceiro se auto afirma na relação e mantém o controle. Há pessoas que só se sentem bem quando humilham o outro ou expõem seus defeitos.” Desta mesma maneira, nota-se em seus versos que além de enquadrar a mulher no estereótipo de “dona de casa” atribuindo-lhe funções como cozinhar e lavar, também há necessidade de descredibilizá-la frente a sociedade alegando medo de perdê-la como se esta fosse sua propriedade. Conclui-se então,

que este tipo de discurso reforça a objetificação da mulher na cultura, além de naturalizar o ciúme e o sentimento de posse, considerando-os como algo romântico e desejável.

Do mesmo modo, a música reproduzida por Matheus e Kauan (2020) intitulada “Litrão” traz frases como “Você decide, a minha boca ou a do litrão. ‘Cê’ quer dançar comigo ou descer até o chão, sozinha? Você quer ser da bagaceira ou quer ser minha? ”. A música refere-se à opção da mulher de deixar de fazer aquilo que gosta para ficar com ele, enquadrando-se a este padrão imposto, dado sua suposta superioridade, a fim de receber em troca a “oportunidade” de estar com este homem.

Ademais, a canção ratifica o fato da violência não ser apenas um ato de violência isolado, mas fazer parte dessa construção social que tem tendência a diminuir o feminino e exaltar o masculino (RODRIGUES; NASCIMENTO; NONATO, 2015). Com isso, a escolha na maneira de viver da mulher será sempre diminuída se comparada àquilo que a sociedade espera dela, o qual consegue ser visto no emprego do termo “bagaceira”.

Por fim, mais um exemplo a ser citado é a canção intitulada de “Ciumento Eu” de Henrique e Diego com participação de Matheus e Kauan. Onde a letra diz:

Ciúme não
Excesso de cuidado
Repara não
Se eu não saio do seu lado
Tem uma câmera no canto do seu quarto
Um gravador de som dentro do carro
E não me leve a mal
Se eu destravar seu celular com sua digital
Eu não sei dividir o doce
Ninguém entende o meu descontrole
Eu sou assim não é de hoje
É tudo por amor
E tá pra nascer
Alguém mais cuidadoso e apaixonado do que eu Ciumento, eu?
E o que é que eu vou fazer
Se eu não cuidar, quem vai cuidar do que é meu? [...]
HENRIQUE E DIEGO (PART. MATHEUS E KAUAN) (2017).

Pode-se analisar que a música citada da dupla em questão, reforça a ideia de dominação devido ao estabelecimento de papéis, marcado pela relação de dominação e envolvido pelo poder simbólico concedido ao sexo masculino sobre o feminino, cujo

naturalizam-se situações como a da canção sob o pretexto de ser “tudo por amor” e isso é disseminado, além de moldadas ao longo da história (PERISSINOTTO, 2007).

De conformidade com uma pesquisa qualitativa realizada em relação ao nome da música “Ciumento Eu” e seu conteúdo, a maioria de adolescentes do sexo feminino e masculino entrevistados, alegou tratar-se do cuidado de um alguém apaixonado e proteção ao que é “seu”, corroborando com a ideia apresentada até aqui da objetificação da mulher e naturalização da violência. Ademais, a pesquisa conclui que as meninas entrevistadas nem sempre conseguem ter a percepção das representações negativas contidas nas músicas, mostrando-se em alguns momentos conformadas com a violência e o machismo (BISPO; SGANZERLLA; PEREIRA, 2019).

Com isso, constata-se que ainda nos dias atuais, mesmo com movimentos sociais como o feminismo, não há inibição na reprodução de discursos como estes exemplificados nas músicas acima. Ao contrário, Oliveira et al. (2016) afirma haver uma romantização desse tipo de violência na cultura, negligenciando e transformando-as até em algo desejável, tratando como violência apenas aquelas no âmbito físico, identificando a necessidade de mudanças nas bases ideológicas da sociedade.

Destarte, essas representações de violência perpassam a vida de muitas mulheres no mundo todo e geram graves consequências para sua vida, tais como: baixa autoestima; naturalização do sofrimento; culpabilização de si própria pelo sofrimento causado por outra pessoa, medo, isolamento social de possíveis redes de apoio, depressão, pânico, negação, por acreditar que a violência é algo normal e que a maioria das mulheres também passam por isso, e que por estarem em um relacionamento precisam suportar tal ato (SANTOS; ANDRADE, 2018).

Observa-se por inúmeras vezes essa violência ter sido banalizada, no qual essa aceitação e reprodução de tais comportamentos, permitem que essa modalidade de violência seja cada vez mais repetida, sendo vista como própria e normal da natureza masculina, enquanto os modelos são perpassados de geração a geração, podendo até ser entrada para outros tipos de violência, até a física (FERNANDES; DA NATIVIDADE, 2020).

É possível que na medida em que aumentam as notícias sobre violência contra a mulher, mais as esferas sociais entram em colapso ao mesmo tempo que fornecem meios de coibir as agressões. O que corrobora com esse pensamento é o fato da existência da Lei Maria da Penha, nº 11.340, sancionada no dia 7 de agosto de 2006, onde informa definições dos tipos de violência contra a mulher e as punições cabíveis aos agressores. Ademais, cabe ressaltar que é papel da sociedade se atentar e promover ações para coibir esse contexto.

Entende-se a reflexão e o conhecimento sobre o que é violência como fundamentais, com o objetivo de desnaturalizar certos comportamentos que induzem e amparam essa violência, seja no ambiente familiar, escolar ou religioso, desmantelando essa violência disfarçada de amor e cuidado, perpassando de forma camuflada na maioria dos ambientes (FERNANDES; DA NATIVIDADE, 2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um fator importante a ser considerado é que o tema violência contra mulher não é algo deslocado da sociedade. Possivelmente muitas mulheres que sofrem de violência doméstica não tem dimensão de outras modalidades de agressão para além da física, dificultando ainda mais em suas percepções sobre a situação na qual estão submetidas, justamente por não sofrer com marcas em seus corpos, mas sim, com outras que podem ser tão nocivas quanto, como a violência simbólica.

Nesse sentido, o presente trabalho não teve como objetivo fazer juízo de valores a respeito dos cantores e sua intencionalidade com a música, todavia proporcionar a reflexão de como a violência simbólica está arraigada na cultura brasileira e consequentemente no cotidiano, além de como esta é banalizada. Além disso, permitiu verificar como se faz presente a reprodução dessa violência, principalmente através de um gênero musical amplamente aderido ao público como o sertanejo universitário.

Ao mesmo passo, percebe-se a existência de uma estrutura na qual se propicia o campo para a disseminação da violência simbólica através das músicas, reafirmando e naturalizando a falta de equivalência dos poderes atribuídos aos sujeitos por meio do capital, podendo ser econômicos, social, cultural e principalmente simbólico, como apresentado. Este último, de fato determina as diferenças de poder, mostrando-se

visível na questão da divisão dos gêneros, onde surgem papéis sociais e a hierarquia deles, divididos em dominação e submissão sendo alimentados pelas crenças dominantes.

Nota-se não haver necessariamente consciência por parte do indivíduo sobre a violação à qual foi submetido, corroborando com o sistema que retroalimenta as crenças da classe dominante e por vezes naturaliza discursos distorcidos para a manutenção do poder vigente, principalmente através do gênero do sertanejo universitário, onde objetifica-se a mulher, tornando-a algo a ser possuído, lhe inferiorizando devido o sexo feminino e a construção social do que entende-se por ser mulher.

No decorrer da revisão bibliográfica, percebeu-se o número reduzido de estudos encontrados ligados diretamente com a temática de violência simbólica contra a mulher, tornando fundamental que a temática seja mais explorada. Ademais, é significativo ressaltar a relevância do tema no sentido de contribuição social e reafirmação da luta por equidade entre os gêneros.

É importante também destacar o papel da sociedade em se atentar a esse cenário e fomentar debates, ações no âmbito privado e público a fim de ter compreensão do fenômeno, e direcionamento de futuras ações com a finalidade de gerar resultados não apenas teóricos, mas também práticos, com auxílio da ciência e dos agentes de todas as classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. **Tradução de Sérgio Milliet**, v. 2, 1967.

BISPO, Luciana Santos; SGANZERLLA, Evelin Sibebe R.; PEREIRA, Maria Gorete. SOCIEDADE, GÊNERO E VIOLÊNCIA: PERCEPÇÕES JUVENIS ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS, DE PERPETUAÇÃO DA CULTURA MACHISTA E DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRESENTES EM DIFERENTES GÊNEROS MUSICAIS. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. 2020. p. 333-347. Disponível em: <[Http://www.anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/926](http://www.anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/926)>. Acesso em: 14 out. 2021.

BLAU, Thaís Gabriela; CADONÁ, Eliane. (DES) CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO CENÁRIO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO. **Revista Psicologia em Foco**, v. 11, n. 16, p. 68-88, 2019. Disponível em:

<[Http://ocs.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/3543](http://ocs.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/3543)>. Acesso em: 15 out. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. BOURDIEU, Pierre *et al.* **O poder simbólico**. 1989.

BONAMINO, Alicia *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtdFkQ/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em 10 out. 2021.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/Fundação Odebrecht, organizadores. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Editora Rona, p. 142-50, 1998. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf>. Acesso em: 17 setembro 2021.

CRISPIM, Jonny Rosa da Silva; LEÃO, Eliane. A PERCEPÇÃO COMO FORMA DE INICIAÇÃO AO PROCESSO DE INFLUÊNCIA DA MÚSICA NAS PESSOAS.

Anais do SEFiM-Interdisciplinar de Música, Filosofia e Educação, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sefim/ojs/index.php/sm/article/view/35>>. Acesso em: 14 out. 2021.

DA SILVA MÉLO, Mário Ferreira. O CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE E COMBATE À VIOLÊNCIA

URBANA. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 24, n. 1, p. 189-201, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228688>>. Acesso em 10 de out. 2021.

DA SILVA, Anderson Aparecido Lima. **A TEORIA DA PRÁTICA DE PIERRE BOURDIEU: ENTRE ESTRUTURALISMO E FENOMENOLOGIA**. Disponível

em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/7695>>. Acesso em 10 out. 2021.

D'ELIA, Renata. Monocultura sonora: Como e por que a música sertaneja se tornou tão popular de norte a sul do Brasil. **TABuol**, 2020. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/educacao/sertanejo/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

DELLAZZANA, Giovana Alves; **A objetificação da mulher na sociedade de consumo: a nota técnica 2/2017/SENACON como o início de um novo estado da arte. 40f. Monografia (Bacharelado em Direito)**. Antonio Meneghetti Faculdade – AMF, Curso de Direito, Recanto Maestro, Rio Grande do Sul, 2018.

DE OLIVEIRA, Romilda Sergia. O corpo feminino: erotização e objetificação. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, n. Esp., p. 497-508, 2018.

DE SOUSA SILVA, Ana Flávia *et al.* “A magreza como normal, o normal como gordo”: reflexões sobre corpo e padrões de beleza contemporâneos. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 6, n. 4, p. 808-813, 2018.

DE SOUZA MONTEIRO, Solange Aparecida; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A violação de direitos da mulher: um retrato do feminicídio e suas faces. **Revista Diálogos**, v. 8, n. 2, p. 214-234, 2020. Disponível

em:<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/9914>. Acesso em 12 out. 2021.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo. Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. **Gênero e educação: caderno para professores. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação**, p. 29-42, 2003. Disponível em: <<http://ceseep.org.br/wp-content/uploads/2014/05/SUBS%C3%8DDIOS-PARA-UMA-DISCUSS%C3%83ODE-G%C3%8ANERO.pdf>> Acesso em: 17 setembro 2021.

FERNANDES, Nathaly Cristina; DA NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino. A naturalização da violência contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 76076-76086, 2020.

FINCO, Daniela F. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Proposições**, v. 14, n. 3, p. 89-101, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863>>. Acesso em: 17 setembro 2021.

ILARI, B. S. Música, comportamento social e relações interpessoais. **Psicologia em Estudo**, 11(1), 191-198, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/PRYHKwPGcGjGmZdX8L6HPwS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2021.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva; ARTEMENKO, Natália Pereira; BRAGAGLIA,

Ana Paula. **A “objetificação” feminina na publicidade**: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. In: XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste; Vila Velha, ES. 2014. p. 1-15.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1151-1157, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sc/v14n4/a16v14n4.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. **Anais do**, v. 16, 2014.

OBJETIFICAÇÃO. In: **Dicionário Online de Português**: Dicio. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/objetificacao/>. Acesso em 12 jun. 2021.

OLIVEIRA, FMA *et al.* Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: A ineficácia da Lei Maria da Penha. **Anais do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão. Sobral-CE**, 2016. Disponível em: <https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2019/03/ROMANTIZACAO_DO_RELACIONAMENTO_ABUSIVO_UMA_VIOLENCIA_SILENCIOSA_A_INEFICACIA_DA_LEI_MARIA_DA_PENH>. Acesso em: 14 out. 2021.

RAIMONDO, Maria Lúcia; LABRONICI, Liliana Maria; LAROCCA, Liliana Müller. Retrospecto de ocorrências de violência contra a mulher umas registradas em uma delegacia especial. **Cogitare Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 43-49, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648961006.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2021

RAMALHO, Karina Fardim *et al.* **A influência patriarcal na invisibilidade da violência psicológica sofrida pela mulher**. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/431>>. Acesso em 10 out. 2021.

REED, Evelyn. **Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe**. Tradução: Ana Chagas. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sandermann, 2008. Disponível em: Acesso em: 25 de setembro de 2021.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/5h7gCP95zXSWpRDpKjJcrRD/?lang=pt>>. Acesso em 12 out. 2021.

RODRIGUES, Indira; LAIGNIER, Pablo; BARBOSA, Marialva. Da Viola Ao Teclado: Uma Análise da Transição da Música Sertaneja da Década de 80 até os Dias Atuais. In: **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste–Ouro Preto-MG– 28 a. 2012**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/PAPERS/REGIONAIS/SUDESTE2012/resumos/R331443-1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2021.

RODRIGUES, Maria Elizabeth; DO NASCIMENTO, Geraldo Barbosa; NONATO, Eunice Maria Nazareth. A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso. **identidade!**, v. 20, n. 1, p. 78-97, 2015. Disponível em: <<http://est.com.br/periodicos/index.php/identidade/article/view/2524>>. Acesso em: 15 setembro 2021.

SANTOS, J. A. S. dos ., Trindade, V. L. R. da ., Pereira, O. P. ., & Santos, L. da S. . (2020). TRANSTORNO ALIMENTAR E OBJETIFICAÇÃO FEMININA: UM RESULTADO DAS RELAÇÕES DE PODER?. *Revista JRG De Estudos Acadêmicos*, 3(7), 123–142. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3992831>

SANTOS, CRISTIANE FERREIRA DA SILVA; ANDRADE, MARIA JULIANA EMILIANO. A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

SERTANEJO dispara como o gênero mais ouvido nas rádios em 2019. **Kantar Ibope Media**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/sertanejo-dispara-como-o-genero-mais-ouvidonas-radios-em-2019/>>. Acesso em: 13 out 2021.

SEREN, L. G. Gosto, Música e Juventude: **Uma pesquisa exploratória com grupos de alunos da rede pública e privada de ensino de Araraquara**. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, 2009.

WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

VALLADÃO, Vivianne Freire. **O discurso misógeno e machista em letras de músicas sertanejas**. 2021.

ZAN, José Roberto. Música popular brasileira, indústria cultural e identidade. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 105-122, jun. 2001.